



**Excelentíssimo Senhor
Rodrigo Jacoby Trindade
Prefeito Municipal
Município de Mormaço - RS**

Ciríaco-RS, 02 de março de 2023.

CARTA DE APRESENTAÇÃO

CLEBER ORO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/RS nº 85.613, CPF: 007.847.210-50, com escritório na Rua da República, 620, centro, Ciríaco-RS, atua no ramo do Direito Público e Administrativo há vários anos.

- Graduado em Direito pela Universidade de Passo Fundo – UPF (2011);
- Graduado em Geografia Licenciatura e Bacharel pela Universidade de Passo Fundo - UPF (2015);
- Exerceu o cargo de Secretário de Administração e Fazenda no Município de Ciríaco-RS (2010-2012)
- Exerceu o cargo de Assessor Jurídico no Município de Muliterno-RS (2013-2016)
- Exerce o Cargo de Procurador Jurídico do Município de Coxilha-RS, desde 2017.
- É sócio da Cavasola e Oro Advogados Associados, OAB-RS nº 2.817, qual já prestou/presta serviços para o Consórcio intermunicipal do Planalto Médio – CIPLAM, FAMURS, municípios de Nova Hartz, Mato Castelhana, Santo Antônio do Palma, Constantina, entre outros.

Possui amplo conhecimento e experiência na elaboração de projetos e captação de recursos junto ao Governo Federal.

Rua da República, 620, centro - CIRÍACO-RS CEP 99970-000
(54) 9 9995 2465 (vivo) cleber.oro@bol.com.br



- Através de muita pesquisa e estudos elaborou teses jurídicas já consolidadas pela Justiça Federal do RS e Tribunal Regional Federal da 4ª Região visando recuperar recursos financeiros aos municípios, mediante o ingresso discussão jurídica de Convênios e Contratos de Repasse, oriundos de emendas parlamentares e da programação dos Ministérios Federais.

- Em anexo estão relacionados processos judiciais patrocinados por este profissional e que vieram a beneficiar vários municípios gaúchos, e que demonstram a notória especialização deste profissional pelo exercício (desempenho) anterior.

- Diante do exposto, cumpre apresentar que, segundo o entendimento do Conselheiro do Tribunal de Contas do RS (TCE-RS) Algir Lorenzon, no Processo de Contas nº 1226-02.00/10-0, do Executivo Municipal de Pinhal, julgado em 25/09/2013, a notória especialização de profissional jurídico deve ser analisada pelo seu exercício (desempenho) anterior, conforme citado:

Entendo que **a contratação de advogado, ou mesmo de associação de advogados, tem efetivo suporte na Lei Federal nº 8.666/93**, visto ser serviço técnico, em que atuam profissionais especializados, nos termos dos requisitos previstos no seu artigo 13, *in verbis*:

"Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

(...)

V - patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;".

Esse dispositivo da Lei de Licitações deve ser lido conjuntamente com aquele contido no artigo 25, na parte que interessa ao caso concreto, o qual transcrevo:

"Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de



notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;
(...)

§ 1º **Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.**" (grifei).

Os serviços de natureza jurídica são técnicos, posto que realizados por profissionais formados na área de Ciências Jurídicas e Sociais (Direito), com inscrição na Ordem dos Advogados, ou seja, **não são efetivados por qualquer profissional, mas por quem detém certo e determinado conhecimento, habilitação para tanto, em que a singularidade do objeto a ser demandado requer a atuação de um especialista.**

A especialidade do profissional jurídico deve ser analisada pelo seu exercício (desempenho) anterior, seus estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, enfim outras condições (requisitos) decorrentes de suas atividades, as quais o singularizam e autorizam concluir ser seu trabalho o mais eficiente e adequado à Administração Pública, segundo hipótese legal prevista no § 1º, do artigo 25, da Lei de Licitações.

Ademais, o artigo 3º-A da Lei nº 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB), acrescido pela Lei nº 14.039/2020, dispõe que:

"Artigo 3º-A — Os serviços profissionais de advogado são, por sua natureza, técnicos e singulares, quando comprovada sua notória especialização, nos termos da lei.

Parágrafo único. Considera-se notória especialização o profissional ou a sociedade de advogados cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato".

Ressalta-se também que o artigo 74, III, "e", da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei das Licitações), ampara a contratação, mediante




processo de inexigibilidade de licitação, de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual para o patrocínio ou defesa de causas judiciais.

Nesse sentido, seja com fundamento nos termos do art. 25, II, c/c artigo 13 da Lei 8.666/93, ou pelo artigo 74, III, "e", da Lei nº 14.133/2021 entende-se ser possível a contratação deste profissional por processo de inexigibilidade de licitação.

Respeitosamente,

Dr. Cleber Oro
OAB-RS 85.613

DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA	CPF/CNPJ	VERIFICADOR	TIPO ASSINATURA
Cleber Oro	02/03/2023 14:02:47 GMT-03:00	00784721050	Assinatura válida	

Conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, o documento eletrônico assinado digitalmente tem comprovação pela cadeia da ICP-Brasil com a assinatura qualificada ou com a assinatura avançada pela cadeia gov.br regulada pela Lei nº 14.063 de 23/09/2020.